



Publicação para disseminar resultados de estudos sobre as políticas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) em uma linguagem simples e direta. Pretende-se promover a transparência e o uso de evidências na gestão de políticas públicas. Boa leitura!

## **Avaliação de Impacto Aleatorizada do Programa Fomento Rural**

O Programa Fomento Rural representa um dos pilares da estratégia brasileira de combate à pobreza rural, buscando romper o ciclo intergeracional da pobreza através da inclusão produtiva sustentável de agricultores familiares pobres. Desde sua criação, o programa já beneficiou mais de 350 mil famílias.

Esta avaliação representa a primeira mensuração rigorosa dos impactos do programa. A pesquisa utilizou um desenho experimental randomizado, padrão-ouro para avaliações de impacto. O estudo analisou a implementação em três estados com características distintas: Rio Grande do Sul, região semiárida de Minas Gerais e Pará. Em cada estado, mil famílias elegíveis foram identificadas pelas EMATERS locais. Metade foi sorteada para receber o programa imediatamente, enquanto a outra metade receberia posteriormente. O programa transferiu entre R\$2.400 e R\$3.000 por família, além de serviços de assistência técnica e extensão rural.

O estudo entrevistou 2577 famílias em 2018 e reentrevistou 2140 em 2023/24. Esse acompanhamento, aliado à robustez metodológica, permitiu isolar o impacto de longo prazo do programa de outros fatores que poderiam prejudicar a análise. É importante frisar, contudo, que, embora possamos isolar o impacto do programa, ele é condicionado pelas condições econômicas, políticas, sociais e sanitárias do período de análise, marcado pela pandemia de Covid-19 e múltiplos outros choques econômicos e sociais. O início da pandemia coincide com o momento em que as famílias estavam começando a pôr em prática o projeto produtivo, quando finalmente estavam prontas para expandir sua produção e comercializar os excedentes agrícolas. Na ausência da pandemia, é provável que os efeitos tivessem sido ainda maiores do que os identificados.

Seis anos após a implementação, o programa demonstrou impactos substanciais de longo prazo. A renda total familiar aumentou 30% na média dos três estados, com efeitos fortes na renda do trabalho (44%). As horas trabalhadas aumentaram 39%. O programa facilitou a comercialização agrícola, com famílias beneficiárias apresentando maior probabilidade de vender excedentes em todos os estados.

A integração produtiva se fortaleceu, com aumento de 18% nas solicitações de crédito, especialmente em Minas Gerais e Pará, onde o acesso ao Garantia Safra melhorou substancialmente. Mesmo 6 anos depois, as famílias

beneficiárias ainda tinham maior chance de receber assistência técnica e/ou extensão rural, demonstrando ter criado vínculos duradouros com as instituições implementadoras. Houve fortalecimento do capital social, com aumento significativo no associativismo, particularmente em associações de produtores e cooperativas, incluindo maior participação feminina.

Os resultados apresentaram padrões distintos entre os três estados. No Rio Grande do Sul verificaram-se os efeitos mais fortes na renda. Em Minas Gerais, houve redução de 19,5% nos gastos com alimentação, provavelmente devido ao aumento do autoconsumo da produção rural, e um aumento de 130% na participação em associações de produtores. No Pará, o programa levou a um aumento na abertura de novas terras e melhoria significativa na infraestrutura produtiva.

Apesar dos resultados positivos, alguns desafios foram identificados. Os resultados sobre segurança alimentar mostraram padrões mistos, com alguns indicadores positivos no Rio Grande do Sul, mas resultados heterogêneos no Pará. O programa também não obteve impacto significativo no poder de tomada de decisão das mulheres no âmbito doméstico, apesar dos avanços na participação social feminina em associações e comitês locais.

Em suma, a despeito da pandemia, de secas e das chuvas no Rio Grande do Sul, ainda foi possível mensurar com rigor os impactos do programa devido ao desenho metodológico inicial da avaliação. Os resultados mostram alguns impactos duradouros, mesmo 6 anos após a implementação do programa, e que provavelmente seriam maiores na ausência da pandemia. Houve um aumento da renda, da comercialização dos excedentes produtivos, da tomada de crédito e do associativismo. Por último, a avaliação também foi capaz de identificar pontos que podem ser fortalecidos pelo programa, como componentes relacionados ao empoderamento feminino e à educação nutricional das famílias, a necessidade de maior integração com programas como o PRONAF, PAA e o PNAE e de integração com as economias locais urbanas em localidades periurbanas.

Esses resultados ressaltam a importância do desenho de avaliações com rigor metodológico, permitindo a mensuração de efeitos de longo prazo e a incorporação de evidências para a melhoria das políticas públicas.

**Autores:** Vitor Pereira Pontual (Enap/UFRJ), Marco Gonzalez-Navarro (UC Berkeley), Breno Sampaio (UFPE/GAPPE) e Dimitri Sberman (Amazon)

**Coordenação Geral de Desenho de Avaliação e Análise de Impacto  
Departamento de Monitoramento e Avaliação**